

Sistema Educativo Dialógico como conexão entre universidade, poder legislativo e setores produtivos¹

Costa, Moabe Breno Ferreira²
Universidade de São Paulo, SP.

Resumo: o objetivo do artigo é apresentar o Sistema Educativo Dialógico, uma estratégia de conexão entre universidade e poder legislativo. Seguimos diretrizes metodológicas da educomunicação: planejamento, implementação, avaliação e reposição. Por meio do procedimento, discentes da graduação convergiram memórias sociais, acadêmicas e profissionais na elaboração coletiva de projetos de leis, encaminhados a deputados, dos quais um já está representado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp)³. O SED é mais uma forma da universidade colaborar com a democracia e com mudanças culturais, por permitir a aplicabilidade social das atividades da graduação e fomentar a cidadania científica.

Palavras-chave: educomunicação, cidadania, convergência, inteligência coletiva, democracia.

1. Introdução

O Sistema Educativo Dialógico (SED) é uma metodologia inter e transdisciplinar construída com base em princípios da educomunicação, cultura da convergência, produção de memórias coletivas e da cidadania científica. A experiência foi desenvolvida junto à disciplina Direito Aplicado ao Lazer e Turismo (DLZT), que ministramos como professor temporário, no curso de Lazer e Turismo, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, da Universidade de São Paulo (LZT-EACH-USP), entre os semestres 2021.2 e 2022.2. Em seguida, aplicamos a metodologia a outras disciplinas e a incorporamos à nossa pesquisa de pós-doutoramento.

Inquietações pessoais e epistemológicas e aspectos tecnológicos, sociais e políticos influenciaram a construção do SED, no período 2021.2. Estávamos em plena pandemia da Covid 19, com todas as atividades desenvolvidas pela ambiência digital. Além de problemas de infraestrutura da rede, questões afetivas e psíquicas, decorrentes do distanciamento físico e da postura negacionista do então governo brasileiro, interferiam nos processos produtivos.

Ainda, ponderamos mudanças no cotidiano dos estudantes. Pois, muitos ficaram desempregados e outros precisaram trabalhar para colaborar com a sobrevivência da família.

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa – Comunicação para a cidadania do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (PPGTUR-EACH-USP), doutor em Turismo (UFRG), mestre em Cultura e Turismo (UFBA-UESC) e graduado em Comunicação Social (UEPB), e-mail: moabebreno@usp.br.

³ Projeto de Lei que cria condições e requisitos para a Classificação de Comunidades Turísticas Sustentáveis - CTS <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000449986&tipo=1&ano=2022>

Entre estas questões, estávamos inquietos com tentativas de desmoralização das universidades públicas por grupos conservadores fundamentalistas, estimulados inclusive pelo então governo Federal, que tentavam pôr em dúvida a credibilidade institucional e o conhecimento científico.

Nos campos epistemológico e empírico da disciplina, os desafios consistiam na reduzida literatura, escassa legislação turística (brasileira e paulistana) e quase nenhuma interação entre programas de graduação e poder legislativo. Por sua vez, a visão neoliberal e funcionalista que ainda implica na gestão do turismo, segregando espaços de visitação do cotidiano da cidade e reduzindo a comunicação turística ao *marketing*, diverge de nossas pesquisas que propõem o turismo como um campo transdisciplinar capaz de fortalecer a democracia e a cidadania.

Fomos estimulados a criar uma ação educativa voltada para potencializar a construção de conhecimentos, anemizar a tensão do período pandêmico e possibilitar ao discente refletir sobre nossa visão. Pensamos em elaborar projetos de leis e encaminhá-los ao legislativo como atividade final da disciplina. Outro fator que inspirou esta ideia, foi nossa experiência com assessor parlamentar com legisladores da Câmara Municipal de Salvador, quando pudemos observar o processo de produção de leis e, em alguns casos, colaborar com ele.

Sabíamos que era preciso deliberar responsabilidades e limites operacionais do educador e educandos para sistematizar a construção de conhecimentos, dinamizar a cultura universitária e criar uma conexão com o poder legislativo. Caminhamos na direção da cidadania científica, “um componente estratégico básico, imprescindível e fortalecedor dos processos de mudanças que a humanidade, a vida e presente/futuro, exigem” (MALDONADO, 2022, p. 5).

Estas mudanças são geradas por meio da associação entre criatividade, conhecimentos (científicos e populares) e demandas institucionais e sociais. Por essa problemática, nosso objetivo foi criar uma metodologia de construção de conhecimentos voltada para estabelecer uma relação direta entre universidade e poder legislativo. Ansiávamos colaborar com mudanças no comportamento de graduação e com a superação de desafios sociais, políticos e econômicos que enfrentávamos, transformando atividades acadêmicas em produtos sociais.

Fundamentamos a proposta em Soares (2014), Alves (2009) e Barbosa Filho e Castro (2008), Dencker (2002), Shigunov Neto e Maciel (2002), Hallar *at al* (2010), Tomazzoni (2016), Jenkins (2009; 2014), Levy (1999), Maldonado (2007), Le Goff (1994), Nora (1993), Halbwegs (1990), Morin (2005) e Freire (1987). Além deste referencial, nossa reflexão tem base em Maldonado (2022; 2013; 2011), Alves (2021), Bastos (2021), Costa Filho (2021), Miani (2021; 2017), Paiva (2021), Bobbio (2000) e Foucault (2003).

Para melhor expor nossa proposta-experiência-reflexão, organizamos esta narrativa em outros três tópicos. A seguir (Fundamentação do SED), pontuamos aspectos conceituais que

direcionam a sistematização. Na sequência (Construção e aplicabilidade do SED), delimitamos os procedimentos operacionais da nossa gestão do conhecimento. Na quarta seção, ‘Flexibilidade é condição essencial da formação profissional’, mostramos resultados e reflexões sobre o processo e contextualizamos a aplicabilidade do sistema com retorno das atividades presenciais, em 2022.1. Por fim, apresentamos algumas considerações no tópico ‘a cidadania não cabe no *templete*, é um campo social-político-criativo’.

No SED, estão relações múltiplas entre disciplinas, vivências e conhecimentos pessoais dos interlocutores. Estimulamos memórias acadêmicas e sociais dos discentes por meio de jogos mentais, rede digital e da arte. Aplicamos conhecimento acadêmico à produção de leis, representando pertinência da relação entre universidade e poder legislativo. Para estudantes e legisladores, o sistema é uma estrutura inovadora, mutuamente benéfica e dotada de responsabilidade social, capaz de superar questões humanas, acadêmicas e organizacionais.

2. Fundamentação do SED

Discursos, códigos, linguagens, experimentos e argumentos que constituem o desenvolvimento científico e cooperam para o aperfeiçoamento do mundo do trabalho adquirem relevância cultural e epistemológica quando orientados para o desenvolvimento humano e suas relações sociais, políticas e econômicas (MALDONADO, 2011). Estes elementos são estruturados na construção das instituições especializadas, a exemplo das universidades e seus programas de graduação e de pesquisa e, por elas se reverberam, como produções acadêmicas.

A implementação do ensino superior em Turismo, no Brasil, na década de 1970, representa este contexto. Como informam Hallal *at al* (2010), sob a égide da Ditadura Militar e após a criação da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), em 1966, pelo Governo Federal, a institucionalização dos primeiros programas partiu de uma visão tecnicista e econômica e da necessidade de qualificação da mão de obra para atender à demanda crescente de mercado. No período, despontavam inquietações sobre a atividade nas Ciências Sociais.

Desde então, foram criados cursos com propostas tecnicistas e outros que incluíram preocupações científicas, como a Graduação em Turismo da USP (1970) – o primeiro programa público do Brasil. O objetivo de criação do curso foi preparar trabalhadores para o mercado emergente, investir em concepções mais críticas junto à formação profissional e fomentar conexões entre o curso e segmentos sociais. Esta perspectiva se proliferou no país ao longo do tempo, propondo superação de paradigmas tecnicistas, criação de propostas de ensino ‘inter’ e ‘transdisciplinar’ e cooperações entre universidade e organizações públicas e privadas.

A interdisciplinaridade busca a construção do conhecimento por meio de reflexões críticas, nas quais predominam correlações entre diferentes disciplinas, de modo que estas sejam devidamente reconhecidas no processo (DENCKER, 2002). A transdisciplinaridade propõe a superação de monopólios sobre conceitos e o desenvolvimento de novas conjunturas investigativas (MALDONADO, 2013). Tais perspectivas propõem a produção de novos conhecimentos para aplicá-los no ambiente empírico por meio de construções de sistemas educativos dinâmicos, flexíveis e reflexivos que estabeleçam responsabilidades de docentes e discentes, autonomia do estudante e interferências na sociedade.

Principalmente, precisamos atuar na construção de profissionais éticos, conectados com transformações globais e capazes de encontrar soluções para demandas locais. O educando deve “exercitar a liberdade, experimentar novas soluções, buscar alternativas, ser capaz de visualizar as oportunidades que se abrem nos momentos de crise” (DENCKER, 2002, p. 26-27), tornando-se um profissional com saber diversificado e capaz de adaptação às metamorfoses mercadológicas e tecnológicas (SHIGUNOV NETO e MACIEL, 2002; TOMAZZONI, 2016).

O SED busca estimular diferentes potencialidades perceptivas e cognitivas dos educandos, com o objetivo de apropriar suas memórias acadêmicas, sociais e pessoais à produção de inteligências coletivas, construindo uma cidadania científica. Para solucionar nossas questões, pensamos a sala aula como um ecossistema comunicativo aberto e participativo. Embasamo-nos na educomunicação – “campo de intervenção social na interface entre comunicação e educação” (SOARES, 2014, p. 16). Criamos uma gestão democrática da produção do conhecimento, na qual a ambiência digital se tornou uma realidade social cooperativa, cuja produção foi direcionada ao nosso próprio benefício e a transformações positivas na universidade e na sociedade, como propõe Maldonado (2011).

Relacionamos a disciplina às nossas inquietações epistemológicas e necessidades de superação dos desafios impostos pela crise sanitária mundial e, no caso do Brasil, também pela política que enfrentávamos. Afinal, o conhecimento não repousa nas relações externas nem naquilo percebido de imediato, mas na forma como é construído nas operações cognitivas dos membros de um sistema (MORIN, 2004). Sistemas contemporâneos são estruturas técnicas ‘macro’ e interativas que administram conteúdos de natureza e linguagens diferentes que possibilitam ao seus atores relacionar e relativizar memórias, pois nelas estão fatores cognitivos, afetivos e subjetivos que constituem o conhecimento (MALDONADO, 2007).

Como orienta Freire (1987), a sistematização educativa deve ser sempre dialógica, pautada pela autonomia do educando, produzindo experiências cognitivas fecundas. Quanto mais atores envolvidos nela, maiores são as trocas de informações e dinâmicas de construção

de conhecimentos. Desse modo, o SED permite ao estudante estabelecer suas próprias conexões entre diferentes conteúdos, constituindo-se como um processo libertário de produção de inteligências coletivas. Buscamos “uma sinergia entre competências, recursos e projetos, a constituição e manutenção de dinâmicas de memórias em comum, a ativação de modos de cooperação flexíveis e transversais” (LEVY, 1999, p. 26).

A memória é uma construção psíquica, afetiva e cognitiva de cidadãos que dinamizam um lugar (MALDONADO, 2007; LE GOFF, 1994; NORA, 1993; HALBWACHS, 1990). É dotada de aspectos políticos, sociais, econômicos, tecnológicos, históricos, naturais, religiosos e demais outros que constituem identidades. Toda memória individual é também coletiva e se manifesta nos discursos sociais, a partir de elementos simbólicos contidos nas dinâmicas dos lugares e/ou devidamente organizados como informações, como arte, teorias acadêmicas e também projetos de leis de iniciativa popular. A memória é um elemento territorial. Por ela podemos apreender conhecimentos individuais que representam coletividade (ALVES, 2009).

A sala de aula, física e/ou digital, é um lugar de memórias. Nela, podemos produzir convergências, envolvendo aspectos diferentes aspectos identitários, por meio da participação significativa de professor e estudantes, que se empoderam ao refletirem sobre suas vidas, buscando mudanças sociais (JENKINS, 2014). Neste nível, reduzimos fronteiras do sistema educativo e potencializamos habilidades dos graduandos que carecem “de recursos teóricos e de uma cultura de gestão adequada, perante a clara necessidade de ampliar conhecimentos por meio de novos padrões de educação” (TOMAZZONI, 2016, p. 24).

O SED é um elemento dessa cultura. Em seu interior utilizamos de interdisciplinaridade, estímulo e atualização de memórias, fomento à participação significativa e construção de inteligências coletivas. Estes vinculam-se às formas de produção de saberes, envolvendo processos perceptivos, afetivos e cognitivos que nos permitem utilizar de diferentes recursos para estabelecer relação entre teorias e o tempo presente. Princípios da educomunicação, transdisciplinaridade, convergência e empoderamento do educando impulsionam nossas estratégias de conexões com o exterior no sentido de gerar novos conceitos e ações.

Esta dinâmica pressupõe que não temos uma única fonte do conhecimento que é sempre multidimensional e inseparável, como consideram Foucault (2003) e Morin (2004). Por isso, construímos uma estratégia operacional para otimizar nossa inteligência coletiva e transformá-la em ação social, o que apresentamos a seguir.

3. Construção e aplicabilidade do SED

Edificamos o SED por meio de etapas que constituem uma estrutura educomunicativa, seguindo diretrizes de Alves (2009): planejamento, implementação, avaliação e reproposição. O planejamento envolve valores, saberes científicos e estéticos do grupo bem como a clareza sobre os recursos necessários à criação de estratégias operacionais. Para planejarmos o semestre, ao ingressarmos na instituição, buscamos perceber qualidades dos alunos, do programa e da universidade, dialogando com professores da casa e o coordenador do curso.

Este nos expôs diretrizes gerais do programa e nos apresentou a educadores que haviam ministrado anteriormente a disciplina DLZT. Os docentes destacaram hábitos, formas de relacionamento e temas de interesses dos educandos, a capacidade de apreensão de conteúdos, habilidade em debates, responsabilidades com cumprimento de prazos e a disposição para enfrentar desafios. Assim, definimos estratégias para a implementação do SED:

- Propor reflexões sobre leis, governo e sociedade. Para tanto, trabalhamos com a obra ‘A verdade e as formas jurídicas’ (Foucault, 2003). Nela, o conhecimento e a produção de leis são construções sociais desenvolvidas ao longo da história, por meio de confrontos entre forças e verdades, nos quais se estabelecem relações de poder.
- Criar uma página específica no *Facebook* para produzir inteligências coletivas, gerar convergências, estimular a participação significativa e empoderamento dos discentes.
- Produzir jogos de experiências mentais. Criamos o ‘*Stalking* Teórico de A a Z’. A cada *slide* exibido, durante a aula, propúnhamos uma questão, seguida do termo *Stalker* e letras do alfabeto, referindo-se a iniciais dos nomes dos estudantes (por exemplo: *Stalker* B, D, H), que deveriam refletir sobre a proposição, conforme íamos chamando-os pela relação de matriculados.
- Estimular memórias dos educandos, por meio da arte, especialmente, músicas, como uma forma de trazer para a sala de aula práticas dos povos originários e dos africanos escravizados. Afinal, “a possível comunicação cidadã supõe e exige o domínio dos vários códigos expressivos, de modo análogo a grupos ancestrais em seus contatos com a chamada civilização/civiltà” (Alves, 2021, p. 65-66). Para estes povos, a música e a dança são também manifestação de cidadania e de resistência, por isso, seus rituais, ainda na atualidade, são geralmente conduzidos por cânticos e danças.
- Construir projetos de leis (objetos deveriam partir do universo existencial do discente);
- Realizar avaliação de modo coletivo durante a execução das atividades, assegurando o cumprimento das metas, e outra, ao final, para aperfeiçoamento do sistema.

- Convidar profissionais para discutir temas técnicos do Direito do Turismo (Convidamos uma jurista que atuava na Alesp, que realizou oficina sobre construção de leis; um professor que atuou na elaboração do Plano Nacional de Turismo Brasileiro (2018-2022); uma jurista, especialista em direito do consumidor turista; e outro para debater os projetos de leis com os alunos, antes da apresentação aos legisladores convidados).

Estabelecido o planejamento, entramos na etapa de implementação. Delimitamos amplitude, duração, envolvimento dos atores, objetivos, cumprimento de metas e visibilidade da proposta. O semestre letivo ocorreu entre as segundas semanas do mês de agosto e de dezembro de 2021, permitindo a realização de 17 encontros, de quatro horas semanais. Para as 10 primeiras semanas, programamos aulas expositivas-interativas e palestras. As sete últimas seriam dedicadas à produção das leis, incluindo a oficina prevista.

Na primeira semana, discutimos sobre o plano de curso com as turmas. Explicamos sobre o SED, literatura escolhida e o *Stalking* Teórico de A a Z, apresentamos convidados, lançamos proposta do trabalho pelo *Facebook* e o desafio de construção coletiva de um projeto de lei voltado para o Lazer e o Turismo. Os alunos tiveram uma semana para decidir se acatariam ou não a proposta. Com esta ação, estimulamos participação significativa, compartilhamos responsabilidades e iniciamos as reflexões sobre a cidadania científica.

No segundo encontro, os alunos confirmaram a proposta, porém, optaram pela construção de um Grupo Fechado no *Facebook*, temendo ação dos *hates*, em função da conjuntura política nacional daquele momento. Nas quatro primeiras aulas, utilizamos o *Stalking* Teórico de A a Z e realizamos proposições no *Facebook*. Por meio das atividades, todos tinham acesso ao pensamento de todos, poderiam interagir entre si e também publicar conteúdos complementares, independente de dia e horário, na rede. Com isso, aplicávamos ideias de convergência, empoderávamos ainda mais os alunos, produzíamos inteligências coletivas e construíamos nossa memória digital.

Realizamos a primeira avaliação do SED no quinto encontro, quando sentimos a necessidade, visto que tínhamos um acúmulo de informações e percebemos inquietação dos alunos com relação a notas e à produção do trabalho final. As duas turmas ponderaram que as linguagens artísticas facilitavam conexões entre teorias do lazer e turismo ao pensamento jurídico, à complexidade mundial e ao cotidiano; apontaram que o *Stalking* Teórico de A a Z despertava a criticidade, porém, sua repetição a cada encontro tornava as aulas cansativas e apreensivas; e confirmaram estar ansiosos para a construção dos projetos de leis.

Constatamos a importância da arte, por meio das manifestações das turmas no *Facebook*, especialmente nas publicações que associava a canção “Quero a felicidade”, da

Daniela Mercury, à Declaração Universal dos Direitos Humanos e que correlacionava o texto ‘A verdade e as formas jurídicas (Foucault, 2003) a um vídeo sobre o Mito da Caverna. Nossa prática reforça que a arte estimula a produção de memórias acadêmicas e sociais, propondo construções de conhecimentos sobre dado tema, não importa a faixa etária do corpo discente.

Após o momento da avaliação, tivemos um intervalo e, em seguida, continuamos com o cumprimento da ementa curricular, discutindo sustentabilidade turística, ao som de Raul Seixas (com a canção Aluga-se). Neste encontro, as turmas definiram seus objetos de lei. O vespertino gerou um debate em torno da regulamentação da atividade do profissional do lazer; o noturno, inquietações sobre comunidades turísticas sustentáveis. Acreditamos que a avaliação coletiva colaborou para reduzir a tensão da turma, funcionando como uma catarse coletiva.

Era a hora de modificarmos a estratégia planejada e tornar a disciplina mais dinâmica, constituindo a primeira reproposição. Assim, redefinimos que a participação dos alunos seria de modo espontânea, com proposições lançadas ou não, os encontros semanais seriam divididos em dois períodos: o primeiro para cumprimento da ementa da disciplina, e o segundo, dedicado à construção dos projetos. Nas duas palestras que faltavam, os alunos deveriam direcionar questões aos convidados, relacionando o conteúdo ministrado a seus projetos em construção e o *Facebook* passou a ser utilizado para comunicar atividades semanais, disponibilizar *cards* sobre as palestras e lançar proposições referentes à construção das leis.

Para a criação das leis, definimos capítulos para cada proposta e elaboramos um roteiro para favorecer às reflexões dos discentes. Também atribuímos direcionamentos teóricos para pesquisa (literatura acadêmica e a legislação brasileira vigente referente às temáticas). As turmas foram divididas em grupos. Cada grupo ficou responsável por um capítulo da lei. A estratégia está descrita no Quadro 01 abaixo.

Quadro 01. Roteiro proposto aos alunos para construção de projetos de leis

Turma do vespertino:	Turma do noturno:
Projeto de Lei que regulamenta a atividades do profissional do Lazer	Projeto de lei que define o conceito de comunidades turísticas sustentáveis
Capítulo I – Das Disposições Gerais; Capítulo II – Das atribuições do profissional de lazer noturno; Capítulo III – Dos direitos do profissional de lazer noturno que atuam em organizações privadas e públicas; Capítulo IV – Das obrigações das organizações contratantes;	Capítulo I – Das Disposições Gerais; Capítulo II – Dos recursos das Comunidades Turísticas Sustentáveis; Capítulo III – Das características e funções dos Serviços Públicos de Receptivo; Capítulo IV – Das características e funções dos Serviços Privados de Receptivo; Capítulo V – Das características e funções dos Equipamentos de lazer;

<p>Capítulo V – Dos profissionais de lazer noturno autônomos que atuam no espaço público;</p> <p>Capítulo VI – Das funções do poder público junto ao profissional de lazer noturno autônomo;</p> <p>Capítulo VII – Das disposições finais.</p>	<p>Capítulo VI – Das características e funções dos Recursos Naturais;</p> <p>Capítulo VII – Das características e funções dos Recursos culturais;</p> <p>Capítulo VIII – Da regulamentação da Comunidade Turística Sustentável;</p> <p>Capítulo IX – Da responsabilidade dos governos Estadual e Municipal junto à Comunidade Turística Sustentável;</p> <p>Capítulo X – Da responsabilidade da sociedade civil junto à Comunidade Turística Sustentável;</p> <p>Capítulo XI – Das disposições finais.</p>
<p>Fonte: Tabela produzida pela pesquisa, com dados cedidos pela disciplina</p>	

Com as propostas em andamento, comprometemo-nos a convidar legisladores que tivessem as temáticas escolhidas pelo corpo discente como bandeiras políticas no sentido de as apresentar-lhes para gerar debates no legislativo. Como o projeto de regulamentação do profissional do lazer noturno é um objeto nacional, convidamos o Deputado Federal Paulo Teixeira. Para o projeto de criação das comunidades turísticas sustentáveis, buscamos o deputado Estadual Enio Tatto.

No processo de construção das leis, os alunos estabeleceram conexões com outras disciplinas ministradas por diferentes professores. Ainda, apropriaram-se de suas vivências em comunidade, experiências profissionais e de discussões geradas por organizações mundiais que se preocupam com turismo, meio ambiente, trabalho e lazer, como o Grupo dos Vinte (G20). A própria pandemia foi pauta de debates.

Realizamos discussões sobre os projetos de leis até o momento em que os alunos sentiram-se capazes de editá-las e defendê-las em debates acadêmicos-políticos. No dia 26 de novembro de 2021, foi realizada a Oficina de Produção de Leis. Para o melhor aproveitamento, enviamos os trabalhos em desenvolvimento com antecedência à convidada, que os analisou e, no encontro digital, propôs novos direcionamentos. Os alunos finalizaram o texto de lei em uma semana, enviaram-nos e fizemos a edição final. Em seguida, enviamos os projetos a outro jurista para um debate com a turma antes da apresentação aos deputados convidados.

O ‘Projeto de Lei que Cria o Profissional de Lazer Noturno no rol das atividades do Turismólogo e dispõe sobre a atividade do Lazer Noturno’ foi composto por 15 artigos, dispostos em nove laudas, nas quais constam um anexo e a justificativa (foi eliminada a divisão por capítulos delimitados no roteiro inicial). O § 1º, do 1º Artigo, apresenta o conceito construído pela turma sobre Lazer Noturno:

O lazer noturno compreende uma atividade de entretenimento, voltada para residentes e turistas, no período das 19h00 de um dia às 7h00 do dia seguinte, que advém de uma vontade e anseio das pessoas de desfrutarem em seu tempo livre, sob a perspectiva de ações que envolvem a prática de sociabilidade e da diversão, tanto em espaços privados quanto em espaços públicos.

O projeto classifica empreendimentos privados do setor, define empregado e empregador, estabelece diretrizes junto às suas relações e destaca atribuições de cada uma das partes na relação contratual. Ainda, a proposição inclui delimitações para os produtores de eventos em espaços abertos e fechados, estabelece a função dos poderes públicos para assegurar o lazer noturno e a qualidade dos serviços prestados bem como preocupa-se com profissionais autônomos que colaboram para a promoção do lazer noturno no espaço público.

O ‘Projeto de Lei que ‘Institui Condições e Requisitos para a Classificação de “Comunidades Turísticas Sustentáveis - CTS” no âmbito do Estado de São Paulo’, foi construído em 15 páginas. O texto traz 26 artigos, quatro anexos e justificativa, mantendo a divisão em capítulos, que foram reduzidos a seis. O conceito de CTS está disposto no § 1º, do 1º Artigo, do Capítulo I, que trata das Disposições Gerais:

Entende-se por CTS as comunidades que, através da prática do Turismo Sustentável, são capazes de equilibrar de forma responsável e saudável, os interesses e recursos da comunidade receptora em relação às esferas econômicas, sociais e ambientais; devido aos impactos provenientes a efeitos provocados pela dinâmica da atividade turística, respeitando, assim, as especificidades ambientais, organizacionais e culturais locais.

Os outros capítulos foram ordenados respectivamente como: Especificações dos Recursos da CTS, Da Adesão às CTS, Das Atribuições do Governo do Estado de São Paulo, Das Atribuições da Sociedade Civil e, no capítulo sexto estão as Disposições Finais. O segundo capítulo foi dividido em quatro seções que tratam dos serviços públicos e privados do receptivo turístico, dos equipamentos de lazer e dos recursos naturais.

Na última sexta-feira letiva do semestre (17/12/2021), os projetos foram apresentados aos convidados, em um evento digital aberto, denominado de ‘Democracia em Exercício’. Por questões emergenciais, o Deputado Federal Paulo Teixeira foi representado por seu assessor parlamentar Pedro Albert, que ressaltou a relevância do projeto referente ao profissional do lazer noturno, disponibilizou o gabinete para defendê-lo e destacou a importância da relação entre poder legislativo e universidade. Por vídeo, o Deputado Estadual Enio Tatto confirmou a defesa do projeto que cria as CTS, na Alesp, representando-o no dia 30 de junho de 2022.

Os alunos avaliaram o SED como metodologia inovadora que exige interação entre toda a turma para o cumprimento de um objetivo comum. Para eles, o sistema é importante na construção do conhecimento acadêmico por promover trocas contínuas de saberes entre diferentes atores para a produção de um objeto concreto que poderá ter utilidade social. Também destacaram que o sistema atribui aplicabilidade direta do conhecimento construído durante o curso e fortalece a relação entre sociedade e universidade.

Os discentes ratificaram que a participação espontânea é mais interessante que o *Stalking* Teórico de A a Z e ressaltaram a importância da rede digital para o processo de reflexão, porém destacaram que esta não substitui a interação face a face, ou seja, a aula presencial. Ainda, sugeriram que as discussões teóricas fossem desenvolvidas a partir das propostas de lei geradas pela turma e não seguindo a ementa do curso, como ocorreu durante o semestre. Para eles, este direcionamento atribui maior celeridade ao processo produtivo.

Tais observâncias foram devidamente apropriadas ao SED, no semestre 2022.1, quando foram retomadas as atividades presenciais. Às ações estabelecidas, acrescentamos visita técnica à Alesp e a realização de entrevistas com grupos de interesses dos objetos dos projetos. Foram construídos o projeto que ‘Institui determinações e requisitos para o Programa de Qualificação para o Receptivo de Idoso no âmbito do Estado de São Paulo’, encaminhado ao Deputado Estadual Carlos Guiannazi, e o que ‘Institui condições e requisitos para criação do Sistema de Comunicação Turística no âmbito do Estado de São Paulo’. Este, com o consentimento da turma, incluímos como produto de nossa pesquisa de pós-doutoramento, que pensa a organização do destino a partir da comunicação turística praticada pelo poder público.

Esta associação ampliou a dimensão da pesquisa e nos possibilitou discuti-la com graduandos de duas outras disciplinas correlatas ao nosso objeto: ‘Temas em Lazer e Turismo: pensando destinos inteligentes’ e ‘Recursos Humanos em Lazer e Turismo’, no semestre 2022.2. O movimento ampliou o campo de atuação do SED para outras esferas sociais como a Prefeitura Municipal de Santo André, no ABC Paulista, responsável pela gestão da vila de Paranapiacaba, *campus* de nosso pós-doutoramento, e empresários locais.

O SED tem eficácia no processo de formação profissional e na relação entre universidade e instituições públicas e privadas. Trata-se de uma estrutura orgânica constituída por interações e integrações entre diferentes elementos e, como todo sistema, apresenta os seguintes atributos: local específico (a universidade); elementos internos (ementa, atores, estrutura do programa e regras da instituição); qualidades próprias (foco na cidadania científica, qualificação profissional e relação com segmentos sociais); elementos externos: (dinâmica

local, nacional e mundial, convidados, manifestações artísticas e segmentos sociais); mecanismos de *feedback* (processos de avaliação); o modelo operacional é desenhável.

Os elementos internos e externos do sistema estão de tal modo interligados que geram um processo autopoiético na construção de conhecimento, que “não seria mais passível de redução a uma única noção, como informação, ou percepção, ou descrição, ou ideia ou teoria; deve-se antes concebê-lo com vários modos ou níveis” (MORIN, 2005, p. 18). O SED é uma estrutura cíclica, flexível e aberta da cidadania científica cuja funcionalidade deriva da forma de articulação de seus elementos e das interações e comprometimento de seus atores internos.

4. Flexibilidade é condição essencial da formação profissional

O SED nos permitiu estimular diferentes potencialidades perceptivas e cognitivas dos educandos e a apropriação de suas memórias à produção de inteligências coletivas voltadas para gerar intervenções sociais. O sistema atende a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996), pois “contempla aspectos teóricos, práticos e éticos, visando ao desenvolvimento de competências e habilidades gerais para que [o Turismólogo] exerça de forma competente suas funções” (SHIGUNOV NETO e MACIEL, 2002, p. 43).

Os projetos de leis propostos e elaborados pelos estudantes tornaram-se novos objetos da legislação turística do Estado de São Paulo e do Brasil. Trazem conceitos genuínos, frutos de uma estrutura educativa que priorizou a liberdade, criatividade, percepções e experiências culturais dos discentes. O sistema é pertinente na construção de conhecimentos por produzir um discurso a partir de uma estratégia educativa centrada na comunicação interpessoal e grupal, no debate e na apuração de conceitos e técnicas já estabelecidos.

O SED transformou a sala de aula em uma arena discursiva, na qual o jogo de ideias foi fundamental tanto para a formação dos ‘sujeitos do conhecimento’ quanto para provocá-los a levar o conhecimento produzido às esferas de poder. As proposituras criadas pelos discentes representam a capacidade coletiva de aprofundamento em correntes teóricas e de enfrentar problemáticas socioeconômicas e políticas que atribuem dimensões complexas e enigmáticas às relações que dinamizam a cultura turística. Mais que pesquisas, fizemos cidadania.

Nos termos de Foucault (2003, p 26), os projetos de leis representam “a luta, o combate, o resultado do combate e conseqüentemente o risco e o acaso que vão dar lugar ao conhecimento”. Também representa a competência dos educandos para buscarem soluções viáveis a problemáticas sociais e para superar conceitos historicamente estabelecidos. Desenvolvemos um movimento de desconstrução-construção do conhecimento representado por produções elaboradas por meio de uma estratégia educativa-política, que só funciona a

partir de trocas perceptivas, culturais e cognitivas entre professor, alunos, convidados, literatura adotada, manifestações artísticas e da própria qualidade institucional.

O SED fomenta a prática da tolerância, não-violência, renovação e irmandade. Para Bobbio (2000), a participação significativa e o apelo a estes valores são fundamentais para a construção da democracia, que ele entende como um conjunto de regras que definem quem está autorizado a tomar decisões coletivas e com quais procedimentos. Isso inclui o reconhecimento dos cidadãos responsáveis, as circunstâncias históricas e liberdades de opinião, de formação de grupos e de defesa dos interesses. Estes aspectos são intrínsecos ao SED que representa um exercício da democracia e fortalecimento da cidadania no ambiente acadêmico.

De maneira concisa, consideraremos cidadania como o conjunto de processos e práticas sociais que atuam na perspectiva de atendimento das condições preconizadas pelo Estado de Direito, no que se refere a direitos e deveres do indivíduo, em toda a precariedade que possa ser admitida por situar-se na ordem e na órbita da sociedade capitalista (MIANI, 2017, p.100).

Em uma abordagem sobre o próprio conceito, partindo de uma perspectiva histórica, Miani (2021) situa a cidadania como um fenômeno da sociedade capitalista voltada para cumprir interesses burgueses. Cumpre propósitos democráticos quando forças que partem de grupos de interesses, como universitários, se apropriam política e discursivamente de sua ambivalência (BASTOS, 2021; 2017; PAIVA, 2021; 2009; COSTA FILHO, 2021). Enquanto produto do capitalismo, a cidadania carrega consigo o conjunto de contradições dialéticas que revelam as incongruências do próprio capitalismo, dando-nos oportunidade para confrontá-lo.

A história mostra que tais relações e a criação da legislação sempre estiveram vinculadas ao controle social, a imposições de valores e a delimitações de verdades por setores de maior poder político e econômico, constituindo a sociedade da vigilância (FOUCAULT, 2003). No entanto, alunos e alunas criaram as pontes cognitivas necessárias para produzir intervenções na sociedade, corroborando para mais um papel da universidade na construção de leis, talvez um novo papel, que foi possível com o conhecimento sobre perfis de legisladores comprometidos com objeto e temática dos projetos.

O conhecimento é uma potência libertadora (MORIN, 2005; FREIRE, 1987). O SED é um sistema libertador e propõe rupturas com a linearidade histórica, por isso, pode provocar mudanças sociais. Por ele, é possível fortalecer a participação popular na elaboração de leis municipais, estaduais e nacionais. Sua aplicabilidade envolve acesso a saberes e competências para trabalhar com eles, explorações e experimentações teóricas e empíricas, liberdade de

produção de conhecimentos de forma colaborativa, participativa e subversiva, sendo ao mesmo tempo rigoroso, sistemático, frutífero, inventivo, ético e renovador.

5. Considerações: a cidadania não cabe no *template*, é um campo social-político-criativo

O SED permitiu a elaboração de produtos concretos com possibilidade de gerar intervenções na cultura. Trata-se de um sistema educativo-político-democrático que define uma ação mais ativa da universidade na construção junto aos setores sociais. As decisões tomadas em sala de aula e as proposições construídas envolveram acordos, procedimentos e convenções, superando fronteiras institucionais e aquelas impostas pela crise sanitária e política que enfrentávamos durante sua implementação.

Ao elaborarmos projetos de leis e encaminhá-los a legisladores, representantes eleitos democraticamente, exercemos a determinação do parágrafo único do artigo primeiro da constituição brasileira: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”. Esta é uma forma ampla de exercermos a cidadania. Portanto, associada a teorias, a universidade deve refletir os sistemas sociais em que estão inseridos seus atores, suas relações com o mundo e a diversidade de conhecimentos contida em suas memórias.

Devemos interferir diretamente na construção de políticas públicas, atuando junto ao fortalecimento da democracia, à ampliação das representações sociais, à fragmentação de discursos hegemônicos e ao fortalecimento da cidadania. O SED pode ser adequado a quaisquer disciplinas e também implantado no legislativo para trabalho junto a grupos de interesses.

A experiência estimulou-nos ao desenvolvimento de pesquisa envolvendo comunicação grupal, ação legislativa e democracia. Acreditamos que não há fórmulas exatas para a produção do conhecimento e não podemos institucionalizá-lo, mas, podemos sistematizá-lo, potencializá-lo e torná-lo produto de transformação social no campo da comunicação e da cidadania. Por fim, destacamos que a cidadania não cabe no *template*, é um campo social-político-criativo.

Referências:

- ALVES, L. R. **Cidadanear: uma gramática revolucionária**. IN: SILVA, D. T. da, BASTOS, P. N., MIANI, R. A. & SILVA, S. de A. (orgs). Comunicação para a Cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva. São Paulo: Intercom e Gênio Editorial, 2021. p. 47-76
- _____. **Política de formação e formação política de gestores para a comunicação e a cultura**. In: BACCEGA, M. & COSTA, M. C. Gestão da comunicação. São Paulo: Paulinas, 2009. p. 189-220.
- BARBOSA FILHO, A. & CASTRO. **A nova ordem tecnológica. Um ensaio a partir da ética e da política**. In: BARBOSA FILHO, A. & CASTRO, C. Comunicação digital. Educação, tecnologia e novos comportamentos. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 13-28.
- BASTOS, P. N. **Comunicação para a cidadania e hegemonia popular: aproximações, conflitos e entrelaçamentos teóricos e políticos**. In: Silva, D. T. da, Bastos, P. N., Miani, R. A. & Silva, S. de A. (orgs). Comunicação para a Cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva. São Paulo: Intercom e Gênio Editorial, 1ªed., 2021. p. 221-251.

- BRASIL. Constituição. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.**
- COSTA FILHO, I. C. **Cidadania comunicativa: a participação social no direito à Comunicação.** In: Silva, D. T. da, Bastos, P. N., Miani, R. A. & Silva, S. de A. (orgs). Comunicação para a Cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva. São Paulo: Intercom e Gênio Editorial, 1ªed., 2021. p.133-159
- DENCKER, A. de F. M. **Pesquisa e interdisciplinaridade no ensino superior: uma experiência no curso de Turismo.** São Paulo: Aleph, 2002.
- FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Nau, 2003.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 1990.
- HALLAL, D. R., MULLER, D., GARCIA, T. E. M. & RAMOS, M. da G. G.. **O contexto de criação dos cursos de bacharelado em turismo no Brasil.** X Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria em América del Sul. Mar del Plata, 8, 9 y 10/12/2010. Access in: 28/12/2021. In: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/97077>
- JENKINS, H. **Cultura da Convergência.** 2 Ed. São Paulo: Aleph, 2009.
- _____. **Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável.** São Paulo: Aleph, 2014.
- LE GOFF, J. **Memória.** In: História e Memória. Campinas: Unicamp, 1994.
- LEVY, P. **Cibercultura.** São Paulo: 34, 1999.
- MALDONADO, A. E. **Cidadania comunicativa e transmetodologia: a investigação crítica necessária em conjunturas autoritárias.** Comunicação & Educação, 27(1), 2022, 5-14. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v27i1>.
- _____. **A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI.** In: Maldonado, A. E; Bonin, J.A.; Rosário, N. Perspectivas metodológicas em comunicação/Novos desafios na prática interrogativa. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2013.
- _____. **A construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade.** Trabalho apresentado ao GT Comunicação e Cidadania do XX Encontro da Compôs na UFRGS, Porto Alegre, 14-17/06/2011. Disponível em: www.encurtador.com.br/luAR8/ Acesso em 20/11/2022.
- MALDONADO, T. **Memoria e conocimiento. Sobre los destinos del saber en la perspectiva digital.** Barcelona: Gedisa, S. A., 2007.
- MIANI, R. A. (2021). **A Comunicação Popular e Comunitária e as lutas por cidadania...** IN: SILVA, D. T. da, BASTOS, P. N., MIANI, R. A. & SILVA, S. de A. (orgs). Comunicação para a Cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva. São Paulo: Intercom e Gênio Editorial, p. 199-219.
- _____. **A representação iconográfica da cidadania na história política do Brasil no final do século XX.** Líbero - Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Casper Líbero, ano 20, n.39, 2017. p. 95-111, jan./ago. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/856/846>
- MORIN, E. **O método: conhecimento do conhecimento.** 3 Ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História, São Paulo, n. 10, 1993, pp. 7-28.
- PAIVA, R. **A comunicação comunitária e a utopia freireana.** In: SILVA, D. T. da, BASTOS, P. N., MIANI, R. A. & SILVA, S. de A. (orgs). Comunicação para a Cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva. São Paulo: Intercom e Gênio Editorial, 1ª ed., 2021. p. 77-100.
- SHIGUNOV NETO, A. & MACIEL, L. S. B. **Formação profissional nos cursos de turismo no Brasil: algumas reflexões à luz da LDB/96 e das diretrizes curriculares para os cursos de graduação.** In: SHIGUNOV NETO, A. & MACIEL, L. S. B. Formação. Currículo e formação profissional nos cursos de Turismo. Campinas: Papiro, 2002.
- SOARES, I. **Introdução à edição brasileira.** IN: APARICI, R. (Org). Educomunicação para além do 2.0. Tradução Luciano Menezes. São Paulo: Paulinas, 2014. p. 7-28.
- TOMAZZONI, E. L. **Coletânea de Estudos Turísticos. Ensino, eventos, hotelaria e intercâmbios internacionais.** Assis: Triunfal, 2016.